



Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 07 de Novembro de 2019

Oferecer atividade para ensino básico pode melhorar nota de faculdade

Para Priscila Cruz, do Todos Pela Educação, bonificação do Ensino em Prática pode levar a entendimento distorcido sobre a qualidade de ensino ofertado nas instituições

Por Isadora Peron e Leila Souza Lima — De Brasília e de São Paulo

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que universidades “ruins” não poderão usar o programa Ensino em Prática, lançado ontem, como “atalho” para melhorar suas notas e maquiagem avaliações de desempenho. O MEC, no entanto, ainda não definiu a nota de corte para a instituição aderir ao programa.

O programa pretende estimular as universidades para que ofereçam atividades em tempo integral a alunos dos ensinos fundamental e médio. A ideia é que, em troca de oferecer estrutura e disponibilizar professores, a faculdade ganhe pontos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Universidades públicas e privadas poderão aderir.

“Faculdade ruim que achar que [o programa] pode ser um atalho pra melhorar a nota, não vai funcionar. Tem que ser faculdade, universidade boa, bem avaliada. E aí, dado esse critério, que vai ser muito bem estruturado e monitorado,



Abraham Weintraub, ministro da Educação: novo programa não será “atalho” para universidade ruim melhorar suas notas — Foto: Wilson Dias/Agência Brasil

e caso tenha o desempenho, a nota vai subir.”

De acordo com ele, “instituição ruim não será beneficiada com isso”. “Só instituições que já são boas, caso façam adesão e tenham um desempenho bom no programa, é que vão ser beneficiadas.”

Segundo o secretário de Educação Básica do MEC, Janio Macedo, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) fez uma análise e apontou que esse tipo de bonificação já existe no Sinaes. As instituições recebem pontuação adicional com base no trabalho social que desempenham em suas comunidades, assim como por atividades de extensão. “Não vamos inflar as notas de universidades que não sejam boas.”

O secretário também disse que as universidades só poderão participar

se estiverem acima da nota mínima de qualidade. Mas os parâmetros ainda serão definidos.

Na avaliação de Priscila Cruz, presidente-executiva do movimento Todos Pela Educação, a proposta pode, em mão contrária, levar a entendimento distorcido, por parte da população, sobre a qualidade de ensino oferecido nas instituições. Ela reconhece a demanda de Estados para que o MEC abra caminhos para a implementar o novo ensino médio - e não vê mal nisso. Mas considera a bonificação “marketing equivocado”.

“Começaram a trabalhar como propostas para ajudar a construção de pontes entre universidades públicas e privadas, a fim de aproveitar tempo e espaços. Até aí tudo bem. Mas vão receber bônus regulatório em forma de pontuação que nada tem a ver com avaliação





da qualidade”, diz. “A pontuação inflada não é reveladora da qualidade e mascara ineficiências.”

Ela argumenta que, mesmo a universidade com nota média terá a pontuação artificialmente elevada, o que é emitir uma comunicação errada à sociedade.

“Há universidades privadas com ociosidades gigantescas durante o dia por causa da concentração de alunos no turno da noite. Como capitalizam isso? Fazendo esse tipo de parceria.”

Segundo Macedo, o MEC construirá junto com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) uma matriz curricular para ser aplicada pelas universidades. Questionado sobre quando o programa teria início, evitou datar, mas foi interrompido pelo ministro que fixou prazo: “Volta das aulas, tem que ser”.

O programa é ainda apontado pelo MEC como meio para ampliar o acesso ao ensino de tempo integral.

Novos horizontes para a educação

Por João Batista Oliveira

PEC abre caminhos para colocar o debate educacional dentro dos limites do razoável

A PEC do pacto federativo abre espaço para repensar o futuro da educação. Pela primeira vez, questões vitais para a educação têm origem no Ministério da Economia, o que por si só já representa um grande avanço. Muita água ainda vai rolar, mas importa destacar os pontos em que a PEC abre novos horizontes para o financiamento e a gestão da educação e, sobretudo, para colocar o debate educacional dentro dos limites do razoável. Concentro-me nos pontos que me parecem de maior alcance.

Primeiro e fundamental, a PEC inclui nos direitos sociais o direito ao equilíbrio fiscal intergeracional. Não podemos ignorar as mudanças demográficas nem os custos de pagar os futuros aposentados. As gerações presentes serão duplamente sacrificadas pela irresponsabilidade vigente até aqui: terão de pagar pelo rombo da Previdência deixado por governos anteriores e recolher em dia os valores para garantir as aposentadorias e pensões dos servidores atuais. Não poderemos mais transferir dívidas previdenciárias para as futuras gerações. Faltou incluir o pagamento de compromissos e precatórios, nem só de funcionários públicos vive o país.

PEC abre espaço para repensar o Fundeb e criar fundo único, com critérios mais eficazes para redistribuir os recursos

Segundo, a PEC limita a fruição do direito aos recursos disponíveis. Leis e direitos inexecutáveis não mais precisarão ser cumpridos, nem com mandado judicial. Vale registrar o que diz a PEC: “Lei ou ato que implique despesa somente produzirá efeito enquanto houver a respectiva e suficiente dotação orçamentária, não gerando obrigação de pagamento futuro por parte do erário”. E a seguir: “Decisões judiciais que impliquem despesa em decorrência de obrigação de fazer ou entrar coisa somente serão cumpridas quando houver a respectiva e suficiente dotação orçamentária”.

Políticos poderão continuar a fazer leis inexecutáveis para agradar o seu eleitorado, mas delírios e exigências descabidas não terão consequência. Elucubrações como, por exemplo, o Plano Nacional de Educação, não terão mais lugar e não constituirão fonte de gastos desnecessários.

A PEC também trata vinculações, ainda que de forma hesitante. Os fundos e as vinculações constitucionais continuam. Mas o total de gastos obrigatórios com educação e saúde fica limitado a

35% do total das receitas, e os gastos podem ser intercambiáveis - o que, em tese, permitiria responder melhor a diferentes prioridades e às mudanças demográficas. A proposta demonstra entendimento de que a formação de capital humano pode se beneficiar de investimentos em saúde, abrindo espaço para financiar, por exemplo, programas eficazes de primeira infância que não sejam unicamente vinculados ao modelo de creches. Tópico para debate: por que não financiar a educação também por habitante, como se faz na saúde?

O quarto refere-se à possibilidade de postergar a efetivação dos novos concursados. Esta não é a solução necessária para o país se aproveitar do bônus demográfico. Seria necessário mudar a legislação para permitir a criação de novas carreiras para professores. Mas permitirá mais flexibilidade para não efetivar professores, caso o seu desempenho ou a demografia assim o exigirem. Outro ponto para aperfeiçoar no debate.

Um quinto ponto certamente levantará fortes ruídos: a possibilidade de destinar bolsas de estudo para o ensino básico. A Constituição prevê bolsas no caso de falta de vagas no ensino básico. A nova proposta destina bolsas “aos interessados inscritos e selecionados, que demonstrarem insuficiência de recursos quanto houver instituições cadastradas, segundo requisitos





definidos em lei, na localidade de residência do educando”. Complicado. O Brasil ganharia muito mais se os governos estaduais pudessem usar recursos públicos para financiar a oferta de ensino médio técnico/profissional em escolas privadas que se dedicassem exclusivamente a esse fim, inclusive as do Sistema S.

A transferência direta dos recursos do salário educação vai gerar protestos, mas também parece uma medida saudável, desde que acompanhada por uma flexibilização no uso dos recursos e radical simplificação nos mecanismos de prestação de contas. Ademais, irá exigir repensar o Programa Nacional do Livro Didático. Cabe alertar sobre o futuro do salário educação: será moeda de troca valiosa na discussão da reforma tributária. Cavalos de Troia?

Há diversos outros dispositivos que também podem afetar positivamente a educação. O mais

importante é o que cria o mecanismo plurianual para planos e gastos, estimulando o planejamento e projetos de médio prazo, e evitando atropelos e gastos inadequados apenas para cumprir o calendário. Também é positivo o dispositivo que trata de disciplinar a distribuição de recursos com base em indicadores de resultado. Idem no que se refere à extinção de municípios economicamente inviáveis. No caso da educação, o ponto de corte deveria ser 10 mil habitantes, tamanho equivalente a uma escola de porte economicamente eficiente. Importante tratar do acesso público aos dados. Mas, nesse caso, o proposto artigo (163) precisaria ser aprimorado para viabilizar o acesso dos pesquisadores aos microdados, sem se submeterem à tortura imposta por instituições como o Inep.

Resta a grande pergunta sobre o futuro do Fundeb. O governo não se sentiu em condições de acabar com todos os fundos constitucionais, nem com as vinculações e subvinculações.

Certamente o assunto vai ressurgir logo no início dos debates da PEC e gerar sinais para a condução do tema. Isso poderá abrir espaço para repensar a motivação original do Fundeb - de reduzir desigualdades - e, com isso, criar um fundo único, sem subvinculações e com critérios mais eficazes para redistribuir os recursos.

A palavra agora está com o Senado Federal. A expectativa é que haja debates de alto nível, compatíveis com o tamanho do problema que se quer resolver e ousados o suficiente para entregar a estados e municípios, da forma mais flexível possível, meios e estímulos para promover a formação de capital humano do país. Isso abre a chance de termos mais Estados e municípios com mais cara de Brasil e menos cara de Brasília.

João Batista Oliveira é presidente do Instituto Alfa e Beto.

Abandono escolar é oito vezes maior entre jovens mais pobres

Paulo Saldaña

BRASÍLIA O abandono escolar é oito vezes maior entre jovens pobres de 15 a 17 anos que entre os estudantes de maior renda. Além disso, o índice de jovens dessa faixa etária com atraso escolar é quatro vezes superior.

Ao dividir os jovens em cinco intervalos de renda, os 20% mais pobres têm uma taxa de exclusão de 11,8%. No quintil superior, dos 20% com melhor renda, essa taxa é de 1,4%.

A faixa etária de 15 a 17 anos é a ideal para o ensino médio. Os recortes estão na Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgada nesta quarta (6). O estudo

reúne vários dados, como os extraídos da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua de 2018.

Na média do Brasil, 7,6% dos jovens de 15 a 17 anos não frequentam a escola e não haviam concluído o ensino médio, ou 737 mil jovens.

A etapa tem sido apontada como um dos grandes gargalos da educação básica, mas a maioria dos jovens fora da escola (65%) abandonou os estudos antes de completar o ensino fundamental. Os dados do IBGE mostram, ainda, grandes desigualdades de acordo com o perfil dos jovens.

As regiões Norte e Nordeste têm índices piores do que a

média nacional. Esse indicador de exclusão é também mais negativo na área rural (11,5%) do que na urbana (6,8%).

O abandono escolar é um dos maiores entraves educacionais do país. Ele tem forte relação com as altas taxas de reprovação —o aluno que repete tem maior chance de deixar a escola futuramente.

Dois de cada dez estudantes de 15 a 17 anos estão atrasados em todo o país —não chegaram, portanto, ao ensino médio. Mas também essa realidade varia de acordo com renda, região e cor de pele.

Dos jovens mais pobres de 15 a 17 anos que estão na esco-





la, 33,6% não concluíram o 9º ano. O percentual é de 8,6% no outro extremo de renda. A desadequação idade-série atinge 17,4% dos estudantes brancos e chega, por outro lado, a 26,7% entre alunos negros.

A diferença entre jovens de acordo com perfil de renda é bastante elevada também quando analisado o grupo com idades entre 18 e 24 anos, adequadas para o ensino superior.

De acordo com o IBGE, somente 7,4% dos jovens pobres dessa faixa etária estão na universidade. Entre os mais ricos, o percentual é de 63,2%, uma diferença de 8 vezes. Também aqui o recorte adotado é entre

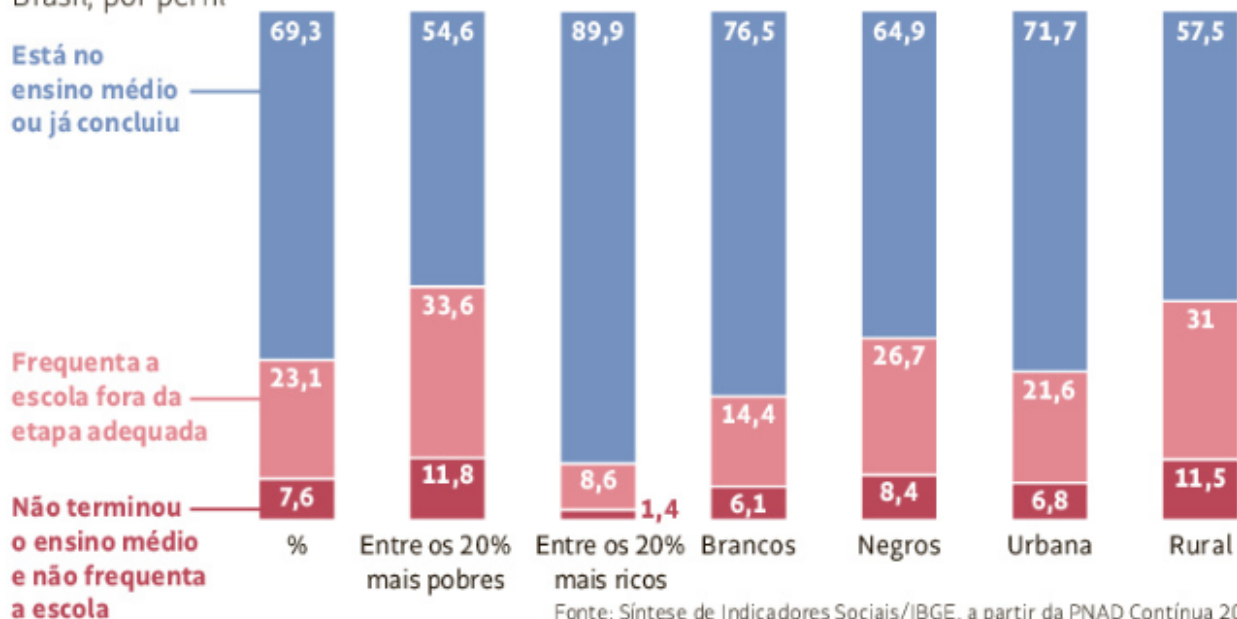
os 20% mais pobres e os 20% mais ricos dessa população. A presença de brancos (36,1%) dessa idade na universidade é o dobro da de negros (18,3%).

Apesar dos dados negativos, a escolaridade da população brasileira vem aumentando. Em 2012, por exemplo, 52% dos jovens de 19 anos haviam concluído o ensino médio. Atualmente, são 64%, segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica, do Movimento Todos Pela Educação e que também utiliza dados da PNAD.

O estudo do IBGE ressalta, porém, que “esse avanço ainda não foi suficiente para nos aproximar” de outros países.

Onde estão os jovens de 15 a 17 anos

Brasil, por perfil



Faculdade particular terá bônus em nota se atender aluno da educação básica

BRASÍLIA Instituições particulares de ensino superior poderão receber bônus na nota de avaliação federal por oferecerem espaços ociosos para alunos da educação básica da rede pública. Para o MEC, esse será um estímulo para universidades aderirem ao projeto e colaborarem com a educação básica.

Projeto do governo Jair Bolsonaro (PSL), anunciado nesta quarta (6), abre essa opção como forma de atender estudantes na flexibilização do ensino médio e alunos do ensino fundamental. O plano vem de sugestão de representantes do setor privado.

Os indicadores de qualidade baseiam o sistema de regulação. O ministro da Educação, Abraham Weintraub,

já declarou que o setor é prioridade para expansão de vagas e defendeu que as empresas se autorregulem.

A ideia já havia sido anunciada em agosto pelo secretário de Educação Básica do MEC, Janio Macedo. Agora, o governo batizou o plano de Educação em Prática.

Macedo afirma que somente instituições com notas boas poderão ter bônus, mas ainda não há detalhes de quais indicadores serão considerados. Segundo o secretário, a lei que regula a avaliação já permite que ações de responsabilidade social sejam levadas em conta na nota.

O objetivo é usar os espaços ociosos das universidades privadas e públicas, como laboratórios, para que

os estudantes possam cursar os chamados itinerários formativos criados a partir da reforma do ensino médio e ainda em fase de implementação. Alunos de cursos de formação de professores dessas instituições supervisionariam essas atividades.

O programa dependerá de adesão das faculdades. Haverá ainda a criação de um plano de trabalho entre representantes do setor, MEC e as entidades que representam secretários de Educação dos estados (Consed) e dos municípios (Undime).

“O objetivo é trazer o jovem para dentro da faculdade, e não esperar ele passar pela avaliação para depois conhecer o sistema educacional”, disse o ministro.





Várias organizações que representam instituições e mantenedoras de ensino superior privados participaram do evento. A Andifes (que reúne reitores das federais) não esteve representada.

A presidente do Movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz, diz que iniciativas que ampliem a vivência de estudantes são sempre bem-vindas, mas critica o desperdício de tempo do MEC em ação com impacto previsto baixo.

Priscila ressalta que o formato é um grave erro técnico, político, avaliativo e moral. “O projeto vai dar acréscimo de pontuação no sistema de qualidade do ensino superior a partir de algo que nada tem a ver com o ensino superior”, diz. **PS**

Educação e saúde da família

ROBERTO MACEDO

Proponho reforçar a educação na primeira infância, definida como a que vai do pré-natal até os 5 anos de idade, com ênfase nos três primeiros. E alcançando mais as famílias carentes com crianças nessa fase da vida. O título acima fala de saúde porque esta proposta pega carona no bem-sucedido Programa Saúde da Família, cujo nome atual é Estratégia Saúde da Família (ESF).

Há muitas propostas para aprimorar educação no Brasil, em geral focadas em meios como formação de professores, gestão e avaliação, bases curriculares, etc. Mas é indispensável incluir as famílias nesse processo, particularmente na primeira infância, sem o que o futuro de milhões de crianças ficará comprometido.

Ao pensar no assunto, levei em conta minha experiência de vida. Ora, a vida é você e as circunstâncias, como disse o filósofo Ortega y Gasset. Tive circunstâncias educacionais muito favoráveis, pois minha mãe deixou o magistério para cuidar dos seus oito filhos. Na época, famílias desse tamanho eram comuns. Ela levou todos à escola, e nossa casa era também uma escola, pois ela ensinava várias coisas, e cobrava desempenho escolar. Havia também muitos livros e até jornais diários, que atraíam nossa atenção. E jogos infantis, muita conversa com ela e entre irmãos, tudo isso estimulando nossa cabeça já na

primeira infância. E, ainda, a interação com os filhos de famílias vizinhas, também ajudando no desenvolvimento intelectual e social.

Bem depois, percebia enorme importância disso pelas pesquisas de James Heckman, professor da Universidade de Chicago, Nobel de Economia em 2000. Hoje ele tem um instituto onde expõe suas ideias e propostas, inclusive em português (verheckmanequation.org/resource/language/portuguese/).

Mas que equação, ou equação, é saque intitula esse site? É a soma de 1) investirem recursos educacionais e de desenvolvimento humano em famílias carentes, de modo a dar-lhes acesso igualitário a um desenvolvimento humano precoce e bem-sucedido; 2) desenvolver habilidades cognitivas e sociais nas crianças do nascer aos 5 anos de idade; 3) sustentar (2) com educação eficaz até a fase adulta. A soma resulta em ganhos na forma de uma força de trabalho mais capaz, produtiva e valorizada, que pague dividendos ao País em gerações vindouras.

Enfocarei apenas a segunda parcela dessa soma, a da fase até os 5 anos de idade, e os ganhos citados. Começando por estes, Heckman, com base em pesquisas sobre o desenvolvimento de crianças até a fase adulta em grupos sujeitos a diferentes condições de vida, sintetiza

os resultados num gráfico intitulado O desenvolvimento na primeira infância é um investimento inteligente: quanto mais cedo o investimento, maior o retorno. O gráfico tem no seu eixo vertical a taxa de retorno do investimento em capital humano e no horizontal, as fases da vida, começando na pré-natal e seguindo pelas faixas de 0 a 3 anos, de 3 a 5, em idade escolar e em idade pós-escolar. Mostra uma curva em que o retorno maior é o do investimento na fase pré-natal e a partir daí esse retorno decresce continuamente.

Segundo o site, o “trabalho inovador do professor Heckman com um grupo de economistas, psicólogos do desenvolvimento, sociólogos, estatísticos e neurocientistas tem mostrado que a qualidade do desenvolvimento na primeira infância influencia fortemente os resultados econômicos, sociais e de saúde para os indivíduos e para a sociedade como um todo”.

Pelo que sei e vi em vídeos no YouTube, o investimento na fase pré-natal é uma questão de saúde, incluída a nutrição, da mãe, em que as famílias mais carentes de recursos sofrem mais. Na fase de 0 a 3 anos de idade é preciso estimular a criança no seu desenvolvimento cerebral de várias formas, entre elas falas frequentes das mães aos filhos, fazendo com que conheçam coisas e suas utilidades, mais jogos envolvendo objetos de várias formas





e convívio com outras crianças. Esse processo segue na fase de 3 a 5 anos, quando a criança já tem maior capacidade de raciocínio e comunicação.

Sobre a ESF, estudo realizado em 2018 por Luiz Felipe Pinto, professor da Faculdade de Medicina da UFRJ, e Ligia Giovanella, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz, intitulado Do Programa à Estratégia Saúde da Família (omiti o subtítulo), mostrou que houve forte aumento do acesso a essa iniciativa, pois entre 1998 e 2017 a cobertura de pessoas cadastradas pela ESF passou de 4,4% de da população para de 70%, e entre 2001 e 2016 a taxa de internações por condições sensíveis à atenção básica caiu 45%. Os autores concluem ser “bastante plausível” que essa queda esteja vinculada ao avanço da cobertura da ESF.

Outros dados também confirmam o enorme tamanho dessa cobertura. Segundo o Ministério da Saúde, em 2017 a ESF alcançava 5.496 municípios, tinha 39.872 equipes, e

eles receberam recursos no valor de R\$ 3,012 bilhões. Cada equipe é composta por pelo menos um médico, um enfermeiro, um auxiliar técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde.

Nesse contexto, proponho: 1) reforçar a ação da ESF na fase pré-natal, incluída a nutrição; 2) incluir em cada equipe um ou mais especialistas em educação para aconselhar as mães sobre as ações que devem adotar para o desenvolvimento mental e social de suas crianças, levando livros e brinquedos adequados a esse desenvolvimento; e 3) mudar a sigla ESF para EESF, o segundo E sendo de Educação.

Sei que no Ministério da Cidadania há o programa Criança Feliz, nas linhas do aqui proposto, mas sem o alcance da Estratégia Saúde da Família. E não é por cobrir apenas as crianças, pois o número de municípios que aderiram a ele é bem menor, 2.600. Seria o caso de passá-lo à EESF, o que traria integração e ganhos de escala ao conjunto das atividades.

Faculdade privada que ceder espaço terá bônus

MEC lança projeto que visa a abrir locais para ações com alunos da educação básica

Renata Cafardo Isabela Palhares

O Ministério da Educação (MEC) vai aumentar a nota de universidades particulares que oferecerem espaços ociosos ao governo para estender a jornada de alunos do ensino básico, como parte do programa Educação em Prática. Trata-se de uma tentativa do governo de fazer algo com relação à reforma do ensino médio, aprovada em 2017. Além disso, é uma justificativa para ampliar as matrículas no programa oficial de ensino integral.

Segundo o secretário de Educação Básica do MEC, Janio Macedo, usar a participação das instituições de ensino para compor a nota já é permitido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). “Não é novidade, já tem instituições que fazem isso. O que nós queremos é estimular.”

Essa avaliação do ensino superior privado é hoje a principal maneira de a sociedade verificar a qualidade dos cursos e um importante componente no mercado concorrido do ensino privado. Agora, haverá um bônus à instituição particular que permitir, por exemplo, que o governo use seu laboratório para receber



Anúncio em Brasília. Adesão por parte das instituições será voluntária e dependerá de plano de trabalho

alunos do ensino médio público. “Faculdade ruim que achar que o programa pode ser atalho para melhorar nota... Não vai funcionar. Faculdade boa, bem avaliada, vai receber bonificação. Mas não vai servir de atalho para instituição ruim se beneficiar ou inflar nota”, defendeu o ministro Abraham Weintraub no anúncio da proposta, ontem, em Brasília.

O ministro e a equipe disseram que os critérios ainda não foram definidos. “Isso ainda vai ser construído”, disse Alexandre Lopes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao MEC. Segundo Lopes, a adesão vai depender de fatores como localização da instituição de ensino e a atividade que desenvolve.

O projeto, que foi adiantado pela manhã pelo portal estadao.com.br, abre essa opção para atender à flexibilização do ensino médio, reforma da etapa que vem sendo implementada desde 2017. O novo formato prevê currículo flexível, com a possibilidade de que os jovens escolham áreas para aprofundamento de estudos ou formação profissional.

Também estão previstas parcerias para turmas dos anos finais do ensino fundamental (6.º ao 9.º ano). O objetivo é permitir que as faculdades privadas ofereçam seus espaços, como laboratórios, quadras esportivas, salas de computação, para os itinerários formativos dos estudantes.

Participantes. A adesão das instituições será voluntária e ainda





dependerá da elaboração de um plano de trabalho entre representantes do setor privado, MEC e entidades que representam os secretários de Educação dos Estados (Consed) e municípios (Undime). Conforme o MEC, as instituições podem aproveitar a parceria para colocar alunos de Licenciatura e Pedagogia para desenvolver atividades com os estudantes, em um “estágio” supervisionado.

O Estado apurou que o plano atende a sugestões de representantes do setor de ensino superior privado, que exercem forte influência sobre o ministro. Ao apresentar o programa, Weintraub disse que a ideia surgiu da “conversa com um amigo”.

A medida, de acordo com Macedo, é ampliar o número de escolas que oferecem período integral. Segundo ele, atualmente 23% das escolas de ensino médio são atendidas por programas de ampliação de jornada, com um custo anual de R\$ 2 mil por aluno. “Para

atender a todos, precisaríamos de R\$ 12 bilhões. Nem mesmo em condições fiscais favoráveis seria possível”, ressaltou.

Diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), Sólon Caldas avaliou como “muito positiva” a parceria entre universidades privadas e escolas públicas. “É muito importante essa integração, para a melhoria da qualidade da educação básica, além de criar oportunidades para o aluno ter experiências acadêmicas no ambiente universitário”, disse. “O bônus não faz muita diferença para as instituições de ensino superior, mas há o caráter social e a inclusão desses alunos no ambiente universitário.”

Apesar de o ministro dizer que universidades federais “podem e devem” aderir ao programa, nenhum representante da Andifes (associação dos reitores das federais) compareceu.

Novo programa pode mascarar ineficiência no ensino superior

ANÁLISE

Priscila Cruz

Não é de hoje que as universidades privadas têm um dos lobbies mais poderosos em Brasília. Pois bem, elas conseguiram uma espécie de meia-entrada que as beneficia e encobre ineficiências. O ensino superior tem a responsabilidade de ajudar, sim, a educação básica, com produção de conhecimentos que podem ser colocados em prática para a melhoria do ensino, fundamentalmente e mais importante, formando melhor os futuros professores nos seus cursos de Pedagogia

e licenciaturas. Abrir seus espaços para alunos da educação básica também pode ser um apoio possível, mas sem que isso infle sua avaliação e faça de sua nota no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) algo pouco revelador da qualidade real de sua oferta como ensino superior.

O tempo de gestão até agora é pequeno demais para o MEC gastá-lo com mais um programa que não vai mudar a realidade da educação básica pública brasileira. Certamente o programa de escolas cívico-militares e esse mais recente, o Educação em Prática, é puro diversionismo, para dizer o mínimo.

13,5 milhões de ultrapobres



Maria Francisca, da Vila Santa Luiza, está inserida na faixa de extrema pobreza, que aumentou, segundo IBGE

IBGE constata que maioria dessas pessoas são pretas ou pardas, têm até 59 anos e não concluíram ensino fundamental. Dados são de 2018

» Cristiane Noberto*

O número de brasileiros vivendo na extrema pobreza chegou a nada menos que 13,5 milhões de pessoas, que vivem com menos de R\$ 145,00 por mês. O recorde histórico, referente a 2018, consta da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgado ontem. A maioria dessas pessoas em total vulnerabilidade social são pretas e pardas (75%),

de idade até 59 anos (96%) e não possuem parte do ensino fundamental (60%).

O estudo indica que o número de pobres, pessoas que vivem com menos de R\$ 420,00 mensais, segundo o Banco Mundial, diminuiu em aproximadamente 1 milhão de pessoas. Porém, a parcela de miseráveis aumentou para 4,5 milhões em quatro anos, desde 2014, início da recessão econômica. Segundo o SIS, o rendimento médio dessas famílias no final da pirâmide social foi de R\$ 69 por mês, número muito abaixo do critério do Banco Mundial para a definição de extrema pobreza — aproximadamente R\$ 145/dia.

Segundo Marcelo Neri, diretor do FGV Social (departamento da Fundação Getúlio Vargas), a razão dessa disparidade na extrema pobreza é que essas pessoas não têm acesso a postos de trabalho formais, além da queda na base de distribuição do Bolsa Família e o aumento do desemprego nos últimos anos.

“Entre 2015 e 2018, 6 milhões de pessoas passaram a viver em famílias com renda zero. A alternativa foi ir para a informalidade, e o Bolsa Família se tornou a base da renda das famílias em uma época onde as pessoas perderam os empregos”, avaliou. Segundo ele, crescendo 2,5% ao ano, o Brasil somente conseguirá o mesmo resultado de cinco anos atrás em 2030.

O SIS ainda revelou que, em 2018, a população brasileira pobre — com rendimento domiciliar per capita inferior a R\$ 420 por mês — não tinha infraestrutura básica, como coleta de lixo nas residências (9,7%), abastecimento de água tratada (15,1%) e acesso à rede de esgoto (35,7%).

Para os extremamente pobres, os percentuais eram muito maiores: 21,1% residiam em domicílios sem coleta de lixo, 25,8% não contavam com abastecimento de água por rede, e 56,2% moravam em lares sem esgotamento sanitário. Segundo o IBGE, esses serviços estão





diretamente ligados à baixa condição de vida da população que vive em extrema pobreza.

A aproximadamente 20km do Palácio do Planalto, a Vila Santa Luzia, na cidade Estrutural, Maria Francisca Lima dos Santos, 25 anos, está desempregada e há dois meses era catadora de materiais recicláveis junto ao marido. Ganhava R\$ 20 por semana para sustentar as duas filhas pequenas e hoje depende do Bolsa Família.

* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Abandono escolar, um flagelo

» MARIA EDUARDA CARDIM

O abandono escolar de adolescentes entre 15 e 17 anos é oito vezes maior entre os mais pobres. Enquanto, 11,8% dos jovens com menor renda deixaram os estudos sem concluir o ensino básico, em 2018, apenas 1,4% dos adolescentes com maior renda desistiram da sala de aula nesta fase. As informações são da SIS.

A desistência escolar foi um dos destaques do levantamento, que trouxe dados considerados graves sobre a educação. No ano passado, cerca de 40% da população brasileira com 25 anos ou mais não concluíram o ensino fundamental. Nessa mesma faixa etária, 30,9% tinham o ensino médio completo e apenas 16,5% terminaram um curso superior.

Os números mostram que o nível de instrução da população ainda é insuficiente para colocar o Brasil próximo dos países ricos. Em 2017, o percentual médio, nas nações avançadas, de pessoas com 25 a 64 anos de idade que não concluíram o ensino médio, era de 21,8%. No Brasil, a taxa era de 49%.

A desigualdade pode ser notada além da questão da renda. Ao fazer um recorte racial, os dados mostram que o percentual de jovens brancos que frequentam ou concluíram o ensino superior (36,1%) é quase o dobro daquele de negros e pardos (18,3%). A falta de estudo se reflete sobretudo na renda: brancos ganham, em média, 73,9% mais do que pretos ou pardos.

A falta de estudo é ainda mais aguda entre as mulheres, maioria entre os 10,9 milhões de jovens de 15 a 29 anos que não estudavam e nem estavam ocupados (os “nem-nem”) em 2018. Enquanto 28,4% das jovens não trabalhavam nem estudavam, 17,6% dos homens estavam na mesma situação.

O grupo que não está no mercado de trabalho e não estuda representa 23% da população dessa faixa etária. O maior número de jovens “nem-nem” está na fatia da população com os menores rendimentos domiciliares per capita: 42,3% em 2018. Em outubro, o secretário de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, adiantou que medidas econômicas com foco nos jovens seriam anunciadas. Um pacote de medidas que estimulará a contratação, por exemplo, está previsto para breve.

Raça ainda difere salários

Levantamento do IBGE mostra que população branca ganhou 74% a mais, em média, do que a população preta ou parda. Maior diferença foi notada entre os trabalhadores com nível superior completo

» Gabriel Pinheiro*

A população branca ganhou, em média, 73,9% a mais do que a população preta ou parda, mesmo na remuneração por horas trabalhadas. O rendimento-hora da população branca foi de R\$ 17,00 — 45% a mais que a da população preta ou parda, que tinha um rendimento hora de R\$10,10. A maior diferença nessa remuneração por hora esteve entre os trabalhadores com nível superior completo: R\$ 32,80 para brancos e R\$ 22,70 para pretos ou pardos, segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais 2019, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento mostra também que a taxa de desocupação da população preta ou parda foi de

14,1%, contra 9,5% para a população branca. As pessoas pretas ou pardas representaram, em 2018, 53,7% dos ocupados, mas 66% dos subocupados por insuficiência de horas.

Além disso, segundo a Síntese, entre os trabalhadores brancos, 34,6% tiveram trabalho informal, enquanto entre os trabalhadores pretos ou pardos 47,3% estiveram na informalidade. A presença dos pretos ou pardos foi mais acentuada em atividades com os menores rendimentos: Agropecuária (60,8%), Construção (62,6%) e Serviços domésticos (65,1%). Já as pessoas de cor ou raça branca predominam nos grupos mais bem remunerados, como Informações ou Finanças.

Os 10% da população que ganham mais recebiam 13 vezes a renda dos 40% da população que ganham menos. As unidades da Federação com as maiores diferenças foram Piauí (acima de 18 vezes), Paraíba e Sergipe (em torno de 16 vezes) e as menores estavam em Santa Catarina, Goiás, Alagoas e Mato Grosso (todas abaixo de 10 vezes), segundo o IBGE.

O professor e especialista em desemprego e mercado de trabalho do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), Carlos Alberto Ramos diz que esses fatores são estruturais no Brasil e que não variam conforme a melhora da economia. “A taxa do desemprego do negro é sempre mais alta do que o branco por causa de uma estrutura econômica de discriminação racial. Nos períodos de recessão econômica, as desigualdades se aprofundam. Isso afeta os mais vulneráveis.”

Carlos Alberto acredita que a mudança a curto prazo é inviável, e considera que políticas públicas que facilitem o acesso à educação para as pessoas das periferias poderiam, a longo prazo, melhorar esses quadros de desigualdades de renda sobre a raça e gênero. Ele defende uma legislação que crie a obrigação da igualdade salarial nas empresas. “São extremamente necessárias as legislações que punam as diferenças salariais por critérios assim”.

* Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi





Distância que se mantém

Branco
Preto/pardo
Diferença

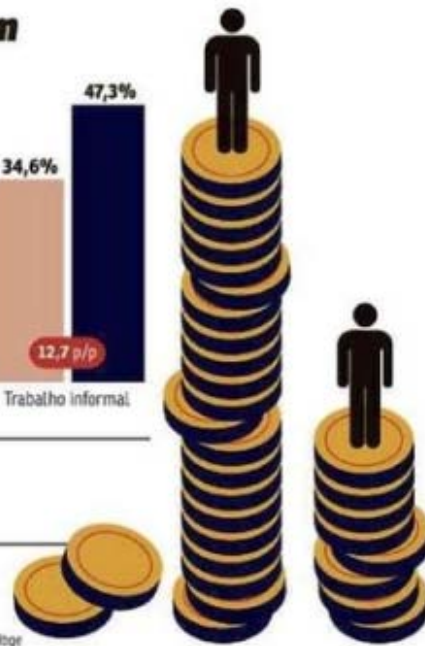


Maior presença do trabalhador preto/pardo:
Agropecuária (60,8%), Construção (62,6%) e Serviços domésticos (65,1%).

Maior presença do trabalhador branco:
Informações ou Finanças

* p/p = ponto percentual

Fonte: Ibmec



Atenção com terceira idade

» Catarina Loiola*

O Ministério da Cidadania lançou, ontem, o programa Vida Saudável na modalidade Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, em Brasília. Visa oferecer à população na faixa etária acima dos 60 anos, de pelo menos 460 municípios, cursos de capacitação profissional e kits de atividades físicas, culturais e de lazer.

De acordo com o ministro Osmar Terra, o orçamento do programa é em torno de R\$6 milhões, oriundos da Secretaria do Esporte. “Esse programa é para estimular não só o idoso, mas também os municípios a criarem políticas para os idosos, principalmente na área de atividade física. A inclusão social e o exercício da cidadania passam por isso”.

O ministro destacou a necessidade de políticas públicas para contemplar essa população. Ressaltou o papel fundamental das

atividades físicas e culturais para melhorar a qualidade de vida. “Os idosos são o depositário da experiência humana. Eles têm papel importantíssimo e muita coisa para contribuir”.

O programa reúne dois projetos da pasta: o Vida Saudável, da Secretaria Especial do Esporte, e a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Será oferecido um kit que inclui, entre outros itens, tapetes fitness, cordas de ginástica, minicones, petecas, escadas de chão para treinamento funcional, caixa de som e jogos de dominós, xadrez e damas.

A adesão depende dos municípios, cujas prefeituras devem garantir pelo menos 14 meses de continuidade do programa. As inscrições devem ser feitas até 2 de dezembro próximo.

* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Sem esgoto, mas com internet

Pouco mais de um terço dos brasileiros vive em domicílios sem coleta de esgoto sanitário. O quadro, praticamente inalterado nos últimos anos, é pior no Norte e Nordeste. São 74,156 milhões de brasileiros, ou 35,7% da população total, vivendo nessas condições, mostra a SIS. Apesar da mazela, o acesso à internet, já disponível para 166 milhões de brasileiros, segue crescendo rapidamente.

Do total de pessoas vivendo em casas sem esgoto, 63%, ou 46,526 milhões, moram no Norte ou no Nordeste. No Norte, 79,3% dos habitantes moram em domicílios sem esgoto sanitário. No Nordeste, a proporção da população local vivendo nessas condições é de 57,1%. O quadro mudou pouco nos últimos anos porque a proporção de pessoas em casa sem coleta de esgoto em 2016 era de 36,3%.

Segundo Fernando Garcia de Freitas, pesquisador do Instituto Trata Brasil, faltaram investimentos nas últimas décadas.

Mesmo sem coleta de esgoto em casa, as famílias brasileiras possuem bens como geladeira e telefones. Em 2018, a geladeira estava presente no

domicílio de 98,3% dos brasileiros, enquanto 96,0% residiam em domicílios com pelo menos um telefone, fixo ou celular. A disseminação dos celulares leva a internet para a maioria da população: 79,9% dos brasileiros vivem em lares com internet, fixa ou móvel. Mesmo na população vivendo abaixo da linha de pobreza, 65,9% têm internet em casa, seja móvel ou fixa, segundo o IBGE.

O total de miseráveis vem crescendo desde 2015. Em 2014, 4,5% dos brasileiros viviam abaixo da linha de extrema pobreza; em 2018, esse percentual subiu ao recorde de 6,5%; em quatro anos de piora, mais 4,504 milhões de brasileiros passaram a viver na miséria. Mesmo que o PIB cresça, em média, 2,5% ao ano até 2030 sem que haja concentração de renda ao longo do caminho, o país ainda terá ao fim da próxima década o mesmo contingente de miseráveis que tinha em 2014, calculou Marcelo Neri, diretor da FGV Social.

“Isso mostra a importância de fazer inclusão produtiva dos mais pobres. Porque só o crescimento econômico não vai zerar a pobreza extrema”, alertou.

Faculdade abre para ensino médio

» MARIA EDUARDA CARDIM

O Ministério da Educação lançou o programa Educação em Prática, que abre as portas de faculdades para alunos do ensino fundamental II e do ensino médio. O objetivo é fazer com que as universidades interessadas no projeto cedam espaço físico para os estudantes, como laboratórios e quadras de esporte, a fim de ampliar o acesso dos adolescentes ao ensino em tempo integral.

As universidades que se inscreverem no programa poderão ter um bônus da avaliação institucional, realizada por meio do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes). Segundo o MEC, 2.152 instituições de ensino superior privadas, 296 universidades públicas, 38 institutos federais e dois centros federais de educação tecnológica poderão aderir ao programa.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, salientou que “faculdades ruins” não serão beneficiadas. “Faculdade ruim que achar que [o programa] pode ser um atalho para melhorar a nota, não vai melhorar. Tem que ser universidade

boa e bem avaliada. Dado esse critério, tem que aderir ao programa que vai ser muito bem monitorado. E, caso tenha um desempenho, a nota vai subir”, explicou o ministro no lançamento do programa.

No entanto, o MEC não aprofundou os parâmetros que indicariam uma pontuação “ruim”, e afirmou que ainda serão discutidos os medidores para avaliar o trabalho das universidades que aderirem ao programa. O ministério informou ainda que não haverá transferência de recursos para ajudar instituições com os possíveis gastos com o programa.

Segundo o secretário de Educação Básica, Janio Macedo, as universidades já recebem uma pontuação pela responsabilidade social. “Essa bonificação existe no Sinaes. As universidades públicas não vão fazer nada mais do que colocar, à disposição da comunidade, suas competências, como professores e laboratórios”, afirmou. Para ele, a bonificação vai ser um estímulo para as faculdades.

As adesões das universidades deverão ser realizadas a partir de 2019 e as ações estão previstas para começar em 2020.

Sem disputa, Petrobras vence leilão do petróleo

Grandes petroleiras internacionais não participam do megaleilão de áreas do pré-sal e arrecadação fica em R\$ 70 bilhões, abaixo do esperado. Apesar disso, valor é o maior da história e permitirá desbloqueio de verbas do orçamento

» SIMONE KAFRUNI

Sem a presença de grandes petroleiras internacionais, o megaleilão de petróleo realizado ontem não teve disputa. A Petrobras foi a única vencedora da chamada cessão onerosa do pré-sal, arrematando as duas áreas nas quais havia exercido direito de preferência: Búzios e Itapu. As demais não tiveram ofertas. Assim, dos R\$ 106,5 bilhões esperados em bônus de assinatura pelas quatro áreas, o governo levou apenas R\$ 70 bilhões, sem qualquer ágio no óleo lucro, a parte da produção que deve ser entregue ao governo e que constitui o critério para definir o vencedor.

Como será preciso ressarcir a Petrobras em R\$ 34,1 bilhões pelos investimentos que já fez nos campos leiloados, menos de R\$ 36 bilhões serão divididos entre União, estados e municípios. Para especialistas, o alto preço dos bônus e a incerteza das regras sobre a indenização afastaram os investidores.

Em parceria com duas estatais chinesas (CNODC e CNOOC), a

Petrobras apresentou a única oferta e arrematou a área de Búzios, o maior bloco do pré-sal da cessão onerosa, com bônus fixo de R\$ 68,2 bilhões e mínimo de óleo lucro de 23,24%. Sozinha, levou também a área de Itapu, com bônus fixo de R\$ 1,76 bilhão e mínimo de óleo lucro de 18,15%. As áreas de Sépia e de Atapu não receberam ofertas. O governo pretende fazer novo leilão desses blocos.

Apesar da falta de concorrência, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, considerou que o leilão foi um sucesso. “Governadores e prefeitos ficarão felizes com os R\$ 11 bilhões que receberão”, disse. O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou que o Brasil vai se consolidar como exportador e será um dos cinco maiores produtores do mundo. “Estimam-se investimentos de R\$ 234 bilhões e arrecadação de mais de R\$ 1 trilhão em royalties e tributos ao longo dos contratos”, destacou.

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, também considerou o leilão bem-sucedido, uma vez que foi o maior da história na área de petróleo. Contudo, reconheceu que a preferência da Petrobras inibiu a participação de outras petroleiras. “As companhias gostam de ser operadoras. Nesse caso em particular, além disso, houve outro

fator, que inibe muito mais: a necessidade de o vencedor ter de negociar com a Petrobras uma indenização bilionária”, admitiu.

Por causa disso, a secretária de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME), Renata Isfer, disse que o governo apoia projeto do senador José Serra (PSDB-SP), que elimina o polígono do pré-sal e o direito de preferência da Petrobras. “O regime de partilha da produção (específico para o polígono) arrecada mais do que concessão, mas só faz sentido quando são volumes muito expressivos. E afasta investidores. Vamos fazer estudos para ver se é o caso de acabar com a partilha, para melhorar a atratividade”, afirmou.

Paulo Dantas, sócio do escritório Castro Barros, especialista em infraestrutura, avaliou que incertezas políticas afastaram as petroleiras estrangeiras. “O que se viu foi muito aquém do que se esperava. As regras sobre compensação de investimentos feitos pela Petrobras não ficaram muito claras. Além disso, há fatores de risco relacionados ao momento do país e da América Latina”, analisou.

Para Miguel Neto, sócio do Miguel Neto Advogados, o leilão foi frustrante pelo número de concorrentes. “Porém, se somar a quantidade de petróleo, arrecadado





75% do potencial e 66% do que se esperava em bônus de assinatura. Não foi um negócio tão desastroso”, considerou.

Hoje, a ANP promove mais um leilão, a 6ª rodada de partilha, que prevê arrecadação de R\$ 7,9 bilhões. O certame terá regras diferentes, não prevê indenizações e poderá trazer resultados melhores, segundo Dantas. “São valores mais baixos”, observou. Miguel Neto, no entanto, acredita que, como o ambiente político é o mesmo e foi uma das razões para a falta de concorrência na cessão onerosa, o problema pode se repetir no leilão de hoje.

Sem concorrência

Petrobras arrematou duas áreas da cessão onerosa sem ágio. As demais não tiveram interessados

Área	Bônus de Assinatura (R\$ bilhões)	Vencedor
Búzios	68,22	Petrobras (90%)*, CNODC Brasil (5%), CNOOC Petroleum (5%)
Itapu	1,76	Petrobras (100%)
Sépia	22,86	Sem ofertas
Atapu	13,74	Sem ofertas

* Operadora

Rateio | Por lei, o valor arrecadado com o leilão será dividido entre União, Petrobras, estados e municípios

- » Total arrecadado com bônus de assinatura foi de quase R\$ 70 bilhão.
- » A Petrobras vai receber R\$ 34,1 bilhões como parte do acordo da cessão onerosa.
- » Dos R\$ 35,9 bilhões restantes, 15% ou R\$ 5,3 bilhões serão divididos entre os estados e o Distrito Federal.
- » Os critérios para divisão são: dois terços conforme o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e um conforme regras do Fundo de Exportação (FEX) e da Lei Kandir.
- » 15% ou cerca de R\$ 5,3 bilhões serão divididos entre os municípios segundo as regras do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
- » Por ser estado produtor, o Rio de Janeiro terá uma vantagem: 3% ou R\$ 1 bilhão a mais, além do rateio entre os estados.
- » A União ficará com os 67% restantes do bolo, aproximadamente R\$ 24 bilhões.

Fontes: ANP e Lei nº 13.885/2019

Recursos para saúde, educação e defesa



Regras do leilão, que previam indenização à estatal, inibiram investidores, segundo especialistas

Presente no certame, realizado no Rio de Janeiro, o secretário da Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, disse que a arrecadação de R\$ 70 bilhões em bônus de assinatura no leilão da cessão onerosa vai permitir o desbloqueio de recursos do orçamento da União. “Vamos anunciar, na próxima segunda-feira, a prioridade de descontingenciamento. As áreas de defesa, saúde e educação entrarão como prioritárias. As diretrizes ainda serão estabelecidas e seguirão nessas áreas”, antecipou.

Em Brasília, o ministro da

Economia, Paulo Guedes, ao ser perguntado se o leilão foi abaixo do esperado, fez um sinal de positivo com a mão.

Durante a coletiva após a licitação, Rodrigues disse que o montante arrecadado vai permitir que o déficit das contas públicas deste ano, estimado em R\$ 139 bilhões seja reduzido para algo em torno de R\$ 90 bilhões. “Descontadas as divisões com municípios e estados, e após o pagamento da Petrobras, temos R\$ 23,7 bilhões de receita primária, que não estavam contabilizadas na Lei Orçamentária de 2019”, afirmou. “Vai levar nosso déficit para 1,2% ou 1,3% do PIB (Produto Interno Bruto). Será o sexto ano de déficit primário, mas caminharemos para resultados cada vez melhores”, avaliou.

Rodrigues destacou, ainda, que o PIB potencial do país é influenciado pelo leilão. “Toda a cadeia de produção será beneficiada. Os números ainda estão sendo fechados, porque é importante deixá-los mais precisos, mas teremos geração de empregos”, ressaltou. “Para a União,

o que interessa é que outros dois campos serão formatados para um próximo leilão e terão geração de valor muito forte”, disse. (SK)

Susto no mercado

As ações da Petrobras chegaram a cair 5% durante o pregão de ontem da Bolsa de Valores de São Paulo, após o resultado do megaleilão de petróleo, mas se recuperaram no fim do dia, com as preferenciais fechando em alta de 0,20% e as ordinárias ainda em queda, de 0,42%. O mercado ficou assustado quando soube do ônus de 90% da estatal no consórcio que arrematou o bloco de Búzios”, explicou Lucas Carvalho, analista da Toro Investimentos. “Mas o presidente da estatal reafirmou o compromisso de reduzir o endividamento da empresa, o que trouxe alívio para o mercado.” O comportamento dos papéis da Petrobras influenciaram o Ibovespa, que fechou em queda de 0,33%, a 108.360 pontos. O dólar, porém, disparou 2,22%, a maior alta desde agosto, e terminou a sessão cotado a R\$ 4,08

Novo jeito de estudar para o PAS



Pedro Cardoso e Érika Kalline estão entre os 16 docentes da Escola de Música que apresentarão a obra

Alunos e professores da Escola de Música de Brasília preparam apresentação da ópera L'Orfeo para ajudar candidatos que vão fazer a primeira etapa do Programa de Avaliação Seriada da UnB. Evento será gratuito para estudantes da rede pública

» Darcianne Diogo*

Considerada a primeira obra-prima da história das óperas, L'Orfeo, composta pelo italiano Claudio Monteverdi em 1607, será um dos conteúdos programáticos de artes abordados na primeira etapa do Programa de Avaliação Seriada

(PAS), da Universidade de Brasília (UnB). O clássico conduz a uma riqueza dramática e liga o estilo barroco à música renascentista (Leia Sinopse). Para resgatar a obra, professores e estudantes da Escola de Música de Brasília (EMB) promoverão, no sábado, uma apresentação da ópera ao vivo, com explicações pedagógicas para alunos de escolas públicas e particulares.

A apresentação é parte do projeto "PAS 1 ao vivo?", que surgiu por iniciativa da diretora da EMB, Edilene Abreu, em parceria com a musicista e professora de canto lírico Érika Kalline. "Essa ideia nasceu a partir de uma inquietação dos

docentes.

Queríamos encontrar uma forma de a Escola de Música dialogar com a sociedade de maneira mais efetiva", explicou Érika.

Segundo ela, essa é uma maneira de aproximar os jovens da cultura erudita. "O funk e o sertanejo, por exemplo, são ritmos que os alunos estão habituados a ouvir. Mas o estilo barroco e o clássico não fazem parte da vivência musical deles, talvez por uma questão de interesse ou acesso. Então, resolvemos fazer essa ação na intenção de transmitir o conteúdo da prova de maneira mais fácil e divertida", argumentou.

A ópera será apresentada por 16 alunos da disciplina de canto lírico da Escola de Música e 16 professores da instituição, que tocarão os mais variados instrumentos. A música é italiana, mas a legenda no telão para as mais de 500 pessoas será em português. A preparação da equipe é intensa: os ensaios ocorrem semanalmente desde o início do ano. "Os componentes estão empolgados, e está sendo algo especial para eles. As etapas para a apresentação não são fáceis, porque é uma música italiana, então é preciso aprender a língua, decorar e amadurecer a encenação", ressaltou a professora.

A apresentação também contemplou, na semana passada, estudantes que farão as provas das





2ª e 3ª etapas do PAS. “Os depoimentos dos participantes foram emocionantes. Muitos nem sabiam a função de um maestro. Alguns afirmaram que nunca tinham entendido esse conteúdo, mas, depois da explicação ao vivo, conseguiram absorver melhor, de modo que não fosse entediante”, disse Érika.

Um dos instrumentos musicais tocados pela equipe de professores na orquestra será o cravo, uma espécie de piano que surgiu na Idade Média, por volta dos anos 1300, e pertence ao grupo das cordas pinçadas, ou seja, gera um som “beliscando” a corda. Pedro Cardoso, 29 anos, professor de cravo da escola, será o responsável por tocá-lo. “Será uma experiência enriquecedora. O cravo é o diferencial, pois vai conversar com o estilo barroco. Muita gente não o conhece ou nunca o ouviu, então é uma forma de valorizá-lo e divulgá-lo”, celebrou.

Aluno de canto lírico, Tiago Marques, 26, interpretará Orfeu, o personagem principal da trama. “Quando soube que faria esse papel, fiquei preocupado, pois é uma tremenda responsabilidade. É preciso

decorar e cantar bem”, disse. O estudante, que também é professor de língua espanhola, disse estar preparado para a encenação. “Agora, faltam os ajustes finais. Estamos solidificando os personagens e passando a peça várias vezes.”

*Estagiária sob supervisão de Fernando Jordão

Programa-se

PAS 1 ao vivo?

Estudantes de escolas particulares
Data: 9 de novembro
Horário: 16h
Ingressos: R\$ 25

Estudantes de escolas públicas
(obrigatório estar uniformizado)
Data: 14 de novembro
Horário: 9h
Entrada gratuita

Local: Teatro da Escola de Música de Brasília (602 Sul)

Informações e inscrições:
professora Érika Kalline
(99119-0870)

Sinopse

Clássico da ópera

Orfeu, filho de Apolo, casa-se com a ninfa Eurídice. Porém, logo após o casamento, ele recebe a terrível notícia de que Eurídice havia morrido com a picada de uma serpente. Orfeu, desconsolado, vai às profundezas da Terra, ao reino de Hades, para resgatá-la, levando sua lira que encantava até os animais selvagens. Hades e sua esposa se apaixonam pela música de Orfeu e resolvem devolver Eurídice ao seu amante, mas com uma condição: que ele não olhasse para ela até que chegassem ao mundo superior. No entanto, Orfeu olha para trás para conferir se sua amada o seguia. Com a desobediência, Eurídice é eternamente levada ao mundo dos mortos.

Preparação para o Enem



Rogério Basílio, professor de matemática, sugere revisar temas básicos da disciplina

A três dias da aplicação da segunda parte do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), estudantes do Distrito Federal aproveitam os momentos restantes para se preparar para as questões de ciências da natureza e suas tecnologias e matemática. A prova será aplicada a partir das 13h do próximo domingo. Com o prazo curto, os alunos se dedicam a relembrar os conteúdos aprendidos ao longo dos últimos três anos.

Conforme avaliação do professor de matemática Rogério Basílio, para se ter um melhor desempenho no exame, os participantes devem revisar os temas básicos de cada disciplina, como funções de segundo grau, exponencial, porção e geometria. Uma boa dica dada pelo profissional é de que os estudantes “separem em média um minuto e meio por questão para entender o que se está pedindo.”

Visando auxiliar os candidatos nesta fase, instituições estão promovendo aulões gratuitos para revisão de conteúdos. Amanhã, o Centro Educacional Católica de Brasília (CECB) abordará tópicos das matérias de biologia, física, química e matemática. O evento está com inscrições abertas, e as vagas são limitadas. Os interessados devem preencher formulário e comparecer no Teatro Católica, entre 7h30 e 12h.

Para conferir a lista completa de aulões, acesse o site www.correiobraziliense.com.br/euestudante.

NEC quer jogar o 'jogo' do 5G e entrar numa PPP para cidades inteligentes

Ana Paula Lobo e
Fábio dos Santos

A NEC quer voltar a crescer no Brasil e retomar sua posição no mercado, adianta o VP de Marketing e Vendas da NEC no País, Angelo Guerra, recém-contratado pela fabricante. Em entrevista à CDTV, do portal Convergência Digital, durante o Futurecom 2019, realizado de 28 a 31 de outubro, em São Paulo, o executivo disse que a atuação da NEC está muito tímida com o portfólio de produtos existentes e planeja crescer no setor

público e nas empresas.

"O mercado de telecomunicações é estratégico e continuará sendo. Seremos integradores e orquestradores, mas vamos investir para crescer no setor público e nas empresas", afirmou Angelo Guerra. "O Governo ficou muito tempo sem investir, mas sabemos que a transformação digital determina um novo ciclo de aportes em tecnologia e a NEC tem parcerias sólidas para atuar no segmento", acrescentou o executivo. A biometria aparece como um diferencial de mercado. Hoje a NEC tem parceria com três estados e quer ampliar o negócio para mais unidades da

federação.

Com relação ao 5G, Angelo Guerra enfatizou que a NEC quer jogar forte o jogo no Brasil como está jogando no mercado japonês, mas precisa entender a estratégia da Anatel por conta da frequência a ser escolhida para definir se virá com equipamentos próprios ou se com OpenRAN", disse. O executivo antecipou ainda um plano estratégico da NEC: participar de uma Parceria Público-Privada em um projeto de Cidade Inteligente, num modelo semelhante ao já feito no Japão e em Santander, na Espanha. Assista à entrevista com Angelo Guerra, VP de Marketing e Vendas da NEC no Brasil.

Universidades poderão oferecer atividades a estudantes do fundamental

Por Mariana Tokarnia -
Repórter da Agência Brasil
Brasília

Instituições de ensino superior poderão oferecer atividades para estudantes do ensino fundamental e do ensino médio. A iniciativa faz parte do programa Educação em Prática, lançado hoje (6) pelo Ministério da Educação (MEC). As universidades e faculdades que abrirem as portas para os estudantes poderão receber bônus na avaliação institucional.



O secretário de educação básica (SEB), Janio Macedo e o ministro da Educação, Abraham Weintraub, durante lançamento do Programa Educação em Prática

“O objetivo é trazer o jovem para dentro da faculdade”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub. “Aproveitar a capacidade ociosa [das faculdades] que se vê em alguns turnos e complementar a formação desse jovem do ensino médio e fundamental II [do 6º ao 9º ano do ensino fundamental].”

Pelo programa, as instituições de ensino superior disponibilizaram aos estudantes

das redes de ensino públicas municipais e estaduais, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do ensino médio, tanto a estrutura física - laboratórios de ciências, de robótica, sala de computadores, quadras de esportes, por exemplo -, quanto os professores. Estudantes de pedagogia e de licenciaturas dessas instituições poderão usar a oportunidade para estagiar.

“Temos várias escolas do país que não têm laboratório de

qualidade, que não têm quadra de esportes”, diz o secretário de Educação Básica do MEC, Janio Macedo. “E não temos recursos em quantidade suficiente para fazê-lo”.

Novo ensino médio

A iniciativa pretende ajudar a viabilizar o novo ensino médio, aprovado em lei em 2017. No novo ensino médio, os estudantes de todo o país terão, em parte do currículo, uma formação semelhante,





orientada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No tempo restante, os estudantes poderão aprofundar os estudos em itinerários nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas ou ensino técnico.

Para colocar em prática as atividades, a lei prevê a ampliação do tempo integral, ou seja, da jornada escolar de 7 horas diárias. Segundo dados apresentados pelo Ministério da Educação (MEC), cerca de 6 milhões dos 7,7 milhões de estudantes do ensino médio no país ainda não são beneficiados pela extensão da jornada.

Avaliação

As universidades aparecem, então, como alternativa. Não há previsão de repasse de recursos públicos às instituições. A intenção é que a colaboração com as escolas conte pontos para as instituições privadas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que é formado pela avaliação da instituição de ensino, avaliação dos cursos e pela avaliação do desempenho dos estudantes. O Sinaes prevê ainda que a

avaliação considere as contribuições das instituições de ensino superior à sociedade.

Segundo Macedo, a política não servirá para “inflar a nota das universidades. A nota só vai ser adicionada se ela estiver acima da nota mínima de qualidade. Se não tiver, não terá adicional”, afirmou. O secretário ressaltou que os critérios para definir a qualidade mínima ainda serão definidos.

Para o Ensino em Prática começar a ser executado, os secretários de educação estaduais e municipais, que são os responsáveis pelas redes públicas de ensino, deverão elaborar uma matriz curricular que será executada pelas instituições de ensino superior. Também será definida uma avaliação para medir o impacto dessas atividades no aprendizado dos estudantes. O ministro Weintraub afirmou que pretende colocar o programa de pé já no próximo ano.

Além das instituições particulares, de acordo com o MEC, as instituições públicas também serão convidadas a participar do programa. Ao

todo, 2.152 instituições privadas de ensino superior, 296 universidades públicas, 38 institutos federais e dois Centros de Educação Tecnológica poderão aderir ao programa.

Ensino integral

O MEC anunciou também que irá ampliar o ensino integral para mais 500 escolas em 2020. Para isso, está previsto um orçamento de R\$ 80 milhões. A expectativa é que 40 milhões de estudantes sejam beneficiados.

A pasta também destinará aproximadamente R\$ 1 bilhão, proveniente de acordo de empréstimo com o Banco Mundial, para a implementação do novo ensino médio. Foi autorizada a criação da Unidade de Gestão de Projetos, para apoiar os estados, que são os entes federados responsáveis pela implementação. Entre as medidas, está prevista assistência técnica aos estados e apoio a escolas localizadas em regiões de baixo desenvolvimento socioeconômico.